

Sarney acusa presidente de querer submeter o Congresso

15 MAR 1996

CORREIO BRAZILIENSE

Celson Franco e
Marcelo de Moraes
Da equipe do Correio

O senador José Sarney (PMDB-AP) tomou o cuidado de não pronunciar a palavra "autoritário". Mas deixou claro ontem o que pensa do presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa de 15 minutos com o presidente do PT, José Dirceu: "Ele está querendo transformar o Congresso em uma extensão do Executivo".

O presidente do Senado reuniu-se em seu gabinete com o presidente do PT e com os líderes do partido na Câmara e no Senado, Sandra Starling (MG) e José Eduardo Dutra (SE). Recebeu a solidariedade

do partido na luta que vem travando contra o presidente da República.

Sarney conversou com os representantes petistas sobre os ataques que Fernando Henrique tem desferido contra os parlamentares e contra o Congresso Nacional.

"Como presidente do Senado, tenho que defender a autonomia do Legislativo e rechaçar todos os ataques sofridos pelo Parlamento", disse José Sarney a José Dirceu.

Mágoas — Estava magoado e deixou isso evidente a todos que o visitaram em seu gabinete. Sarney está convencido de que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, agiu combinado com o presidente da República, ao acusá-lo de leviano e irresponsável,

"Ele não foi correto comigo", disse referindo-se a Tasso, em conversa com um dos senadores que lhe foram prestar, em verdadeira romaria, solidariedade. "O Sarney não vai deixar isso de graça", observou Romeu Tuma (SP), líder do PSL, que se aconselha sempre com o presidente do Senado.

O deputado Paes de Andrade (CE), presidente do PMDB, divulgou nota oficial, onde afirma que a campanha movida contra Sarney atinge também o partido. Com amigos, comentou que o "destempero verbal" do governador cearense foi um argumento a mais em favor do funcionamento da CPI do Sistema Financeiro.

Independência — Sobre a apro-

vação e possível funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, o senador José Sarney argumentou que os parlamentares não foram eleitos para agir exclusivamente de acordo com os interesses e a vontade do presidente da República. Ele, muito menos: "Não sou líder do governo", disse. "Sou presidente do Congresso", afirmou, lembrando a independência dos poderes.

Responsabilizado pela abertura da CPI do Sistema Financeiro, José Sarney foi o único parlamentar a assistir ontem, na Catedral de Brasília, à missa pelo sétimo dia de falecimento do banqueiro e político Magalhães Pinto, fundador do Banco Nacional.

"Não é a opinião do presidente"

Tóquio — Os assessores do presidente Fernando Henrique juram que ele não pediu nem estimulou o governador cearense, Tasso Jereissati (PSDB), a criticar o senador José Sarney por conta da CPI dos Bancos.

Mas a presença de Jereissati na comitiva presidencial, o local onde fez parte das críticas — o Palácio Akasaka, onde o presidente ficou hospedado — e a demora de mais de 24 horas na divulgação de um esclarecimento oficial desassociando o Planalto dos pesados ataques de Jereissati contra Sarney, sugerem o oposto.

Ontem pela manhã, depois que o governador do Ceará renovou suas acusações de "leviandade e irresponsabilidade" contra Sarney, chamando o presidente do Senado de "um político atrasado", Fernando Henrique instruiu seu porta-voz, Sérgio Amaral, a passar um anestésico na controversia.

"O presidente em hipótese alguma transmitiu suas opiniões através de Jereissati", afirmou Amaral. O porta-voz garantiu que Fernando Henrique "respeita José Sarney, como presidente do Senado e como ex-presidente".

Saída — Amaral não esclareceu se o presidente vê inconvenientes nas declarações de Jereissati: "O presidente não comenta declarações do governador", respondeu.

Mas acrescentou que, no caso específico da criação da CPI, "o presidente considera extemporânea e inconveniente".

Algumas horas mais tarde, coube ao ministro das Comunicações, Sérgio Motta, tido como o "trator" do governo, fazer um agrado ao presidente do Senado. "Sarney é um grande amigo meu" e "tem ajudado muito o governo nas votações no Congresso", disse ele.

Motta atacou diplomaticamente a CPI e menos diplomaticamente seus defensores no Senado: "O problema é que a CPI se transforme em instrumento de agitação do mercado financeiro."

CPI DOS BANCOS

Decisão é transferida

Saída do plenário do Senado, 17 horas. Os líderes do governo comemoram o que seria a decisão do presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), de transferir para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a decisão de colocar em funcionamento a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro.

"Fiquei muito feliz com essa decisão. Para o governo foi muito bom que a CCJ decida a questão", diz o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL.

Saída do plenário do Senado, 17 horas. Os líderes da oposição comemoram o que seria a decisão de Sarney de anunciar que qual-

queramente da vontade da Presidência da Mesa. Basta ter a maioria dos membros indicados.

"Na terça-feira, já devemos ter sete membros indicados, o que significa a maioria dos representantes, e a CPI vai começar a funcionar", vibra o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de CPI.

Escorregadio — Na verdade, o discurso escorregadio de Sarney deixou governo e oposição em festa, cada um contabilizando a

vitória na briga pela instalação da CPI. O governo acha que consegue fazer com que a CCJ decida que a CPI só pode funcionar com a totalidade dos seus membros. Como PFL e PSDB não farão suas indicações, a CPI não sairá do papel.

"Isso é muito claro. Se um partido não indicar, a CPI não pode funcionar", garante o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-líder do governo.

Só que a comemoração do governo está ameaçada. Sarney foi evasivo e dubio nas suas explicações sobre a CPI, mas continua muito irritado com o governo e querendo a CPI. Tanto que o PMDB e os aliados

estão trabalhando para o funcionamento da comissão.

Na prática, o problema foi adiado para segunda-feira, quando os líderes aliados e o líder do PMDB no Senado, líder Bóris Bello (PA), retornam a Brasília depois de uma viagem para a Alemanha. O PMDB fará as indicações e o clima ficará muito favorável para que a CPI funcione.

"A CPI vai sair", garantiu o presidente do PMDB, deputado Paes de Andrade (CE). (O/M/C/P)

Senado vai investigar Tasso

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Gilvam Borges, ligado ao presidente do Senado, José Sarney, para investigação da venda de três fábricas da Coca-Cola, de propriedade do Grupo ACSA, do ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, dono do Banco Econômico, à Refresco Cearenses, da família do governador Tasso Jereissati.

Na mesma sessão, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou um requerimento pedindo o desarquivamento de CPI de sua autoria destina-

da a investigar pessoas favorecidas com desvios de verbas públicas, conhecida como CPI dos Corruptores.

Sarney disse que atendia "parcialmente" ao pedido, encaminhando-o para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deverá dar o parecer final.

O líder do PSDB em exercício, Geraldo Melo (RN), pediu orientação ao presidente do Senado para desengavetar outra CPI, para investigar a Central Única dos Trabalhadores (CUT).